

The background features a stylized cityscape with various buildings represented by blue and white grid patterns. A prominent dark blue arrow points upwards and to the right. The background is overlaid with a light blue network of interconnected nodes and lines, suggesting a digital or social network theme.

Ciências Sociais Aplicadas: Entendendo as Necessidades da Sociedade 2

**Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)**

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Ciências Sociais Aplicadas: Entendendo as Necessidades da Sociedade 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
C569	Ciências sociais aplicadas [recurso eletrônico] : entendendo as necessidades da sociedade 2 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Ciências Sociais Aplicadas. Entendendo as Necessidades da Sociedade; v. 2) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-424-5 DOI 10.22533/at.ed.245192506 1. Ciências sociais – Pesquisa – Brasil. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. II. Série. CDD 301
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

No e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Entendo as Necessidades da Sociedade”, apresentam-se artigos e pesquisas que mantêm relação com demandas da sociedade contemporânea, a partir de estudos realizados nas diferentes regiões do Brasil, representando a diversidade territorial, bem como, as singularidades e elementos que as conectam.

Apresentam-se ainda, três artigos em espanhol, sendo estes de cursos de graduação e pós graduação do Uruguai, México e Espanha e um em inglês do programa de Pós-Graduação da Universidade de Brasília. Tais artigos mostram-se pertinentes e contribuem para as discussões e análises que são apresentadas aos leitores a partir do campo das Ciências Sociais Aplicadas.

São ao todo cinquenta artigos divididos em dois volumes. Os artigos foram organizados em seis seções, conforme segue: **Tecnologia e Comunicação**, sendo esta a primeira seção, em que são abordadas as relações existentes entre a tecnologia e a comunicação com os processos de trabalho, políticas públicas, inovação nos processos de gestão e de conhecimento; O **Comportamento Organizacional**, título que nomeia a segunda seção, apresenta-se de maneira expressiva nos artigos que também tematizam os processos decisórios e de gestão de conhecimento no setor empresarial, com valorização do capital humano e da função social das empresas; **Cidadania e Políticas Públicas**, aborda pesquisas realizadas entorno das políticas de saúde, de atendimento às crianças e adolescentes, da educação, da questão agrária, da segurança pública e das políticas tributárias na lógica de cidadania e garantia de direitos; **Estado e Sociedade**, aborda as relações estabelecidas entre estes, apontando para a importância e impacto dos movimentos sociais para a definição de pautas que contemplem os diferentes interesses existentes na sociedade de classes; *Os artigos que compõem a seção Trabalho e Relações Sociais* debatem o grau de satisfação de acesso ao trabalho em um contexto de terceirização e precarização das relações estabelecidas através deste e por fim, em **Estudos Epistemológicos** apresentam-se dois artigos que analisam perspectivas diferentes do processo de construção do conhecimento.

Os artigos apresentam pesquisas de envergadura teórica, as seções mantêm articulação entre si e contribuem para a divulgação e visibilidade de estudos e pesquisas voltadas para as necessidades e desafios postos para vida em sociedade no atual contexto social, econômico e político.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A INTERNAÇÃO E O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL COMO DESAFIOS NO ATENDIMENTO EM SAÚDE MENTAL À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	
Rayoni Ralfh Silva Pereira Salgado Marta Fuentes-Rojas	
DOI 10.22533/at.ed.2451925061	
CAPÍTULO 2	14
INFORMAÇÃO AOS USUÁRIOS E ACOMPANHANTES SOBRE OS SEUS DIREITOS E DEVERES E OS SERVIÇOS OFERECIDOS DENTRO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO	
Lavinha Soares Santos	
DOI 10.22533/at.ed.2451925062	
CAPÍTULO 3	18
CONSIDERAÇÕES SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: UMA MANIFESTAÇÃO DA “QUESTÃO SOCIAL”	
Monica Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.2451925063	
CAPÍTULO 4	29
ESTUDO DE CASO SOBRE A COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL RELATIVA À CRIAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FELICIDADE DO DUBAI E DOS EMIRADOS ÁRABES UNIDOS	
Diamantino Ribeiro Jorge Remondes António Pedro Costa	
DOI 10.22533/at.ed.2451925064	
CAPÍTULO 5	45
A RELAÇÃO ENTRE A COMUNICAÇÃO NÃO VIOLENTA E A MEDIAÇÃO DE CONFLITOS	
Carolina Portella Pellegrini Simone Régio dos Santos Zaionara Goreti Rodrigues de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.2451925065	
CAPÍTULO 6	58
O DIREITO PENAL DO INIMIGO À LUZ DO GARANTISMO PENAL	
Mariana Hazt Lencina Cândida Joelma Leopoldino	
DOI 10.22533/at.ed.2451925066	
CAPÍTULO 7	74
DO CÓDIGO DE NUREMBERG AO CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA BRASILEIRO: O PRINCÍPIO DO CONSENTIMENTO INFORMADO E A CONDUTA ÉTICA MÉDICA PELOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG	
Gilberto Leonello Carolina Corrêa Soares Natália Ongaratto da Rosa Stéfani Wontroba Bandeira	
DOI 10.22533/at.ed.2451925067	

CAPÍTULO 8	84
DISPOSICIONES Y POLITICIDAD EN LA CO-CONSTRUCCIÓN DE NARRATIVAS BIOGRÁFICAS: EL TRABAJO DE LA REFLEXIVIDAD	
Mabela Ruiz Barbot	
DOI 10.22533/at.ed.2451925068	
CAPÍTULO 9	96
GERENCIALISMO: A RESPOSTA NEOLIBERAL PARA A GESTÃO DAS POLÍTICAS SOCIAIS	
Evandro Alves Barbosa Filho	
Maria Izabel Rêgo Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.2451925069	
CAPÍTULO 10	110
ESTUDO ESTATÍSTICO DA QUANTIDADE DE CONTRIBUINTES QUE DECLARARAM O IMPOSTO DE RENDA NO PERÍODO DE 2012 A 2015	
Cristian Carlos da Silva Coelho	
Gabriel Ribeiro de Abreu	
Arlane Lopes Chaves	
Luana Sousa Almeida	
Lilane de Araújo Mendes Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.24519250610	
CAPÍTULO 11	124
OS BENEFÍCIOS DA GESTÃO TRIBUTÁRIA NA GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES FISCAIS	
Thaynara Keila Oliveira	
Jerson Krack	
DOI 10.22533/at.ed.24519250611	
CAPÍTULO 12	140
ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX	
Marclin Felix Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.24519250612	
CAPÍTULO 13	151
REDES SOCIAIS E MOBILIZAÇÕES PÚBLICAS. O MOVIMENTO DE “15 DE SETEMBRO” EM PORTUGAL	
Isabel Babo	
Célia Taborda Silva	
DOI 10.22533/at.ed.24519250613	
CAPÍTULO 14	166
REPENSANDO A PERCEPÇÃO DA VELHICE ALIADA À DISCUSSÃO DE CLASSE E HEGEMONIA	
Juliana de A. F Doronin	
Giovanna de Aquino Fonseca Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.24519250614	

CAPÍTULO 15	174
LAVA JATO E SEU IMPACTO NA RENTABILIDADE DAS ESTATAIS BRASILEIRAS	
Elisandra Bochi Turra	
Sandra Maria Coltre	
Gilmar Ribeiro de Mello	
Lirane Elize Defante Ferretto de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.24519250615	
CAPÍTULO 16	190
MULTILATERALISM AND NATIONALISM IN THE 21 ST CENTURY: CONSEQUENCES TO GLOBALIZATION FROM THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT PERSPECTIVE	
Hugo do Valle Mendes	
Juliano Vargas	
Joanilio Rodolpho Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.24519250616	
CAPÍTULO 17	209
SATISFAÇÃO NO TRABALHO: UMA ANÁLISE TEÓRICA	
Joseane da Silva Rodrigues	
Darliane Ribeiro Caldas	
Rochele Kaline Reis de Medeiros	
DOI 10.22533/at.ed.24519250617	
CAPÍTULO 18	220
A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O TRABALHO: ESTUDO DE CASO COM JOVENS DEFICIENTES INTELLECTUAIS E A PERSPECTIVA DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	
Carmelinda Parizzi	
DOI 10.22533/at.ed.24519250618	
CAPÍTULO 19	232
ANÁLISE DO CENÁRIO DO TRABALHO MANUAL NO CORTE DE CANA-DE-AÇÚCAR, A TERCEIRIZAÇÃO DA MÃO DE OBRA E A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	
Pedro Afonso Martini Dreyer	
Liliane Vieira Martins Leal	
DOI 10.22533/at.ed.24519250619	
CAPÍTULO 20	245
AVALIAÇÃO DOS PARÂMETROS CORPORAIS DE ZELADORAS DE UMA UNIVERSIDADE ESTADUAL NO PARANÁ	
Marina Daros Massarollo	
Francieli do Rocio de Campos	
DOI 10.22533/at.ed.24519250620	
CAPÍTULO 21	249
DINÂMICA DO EMPREGO FORMAL NO SETOR PRODUTOR DE SOJA NO ESTADO DE MATO GROSSO NO ANO DE 2017	
Erico Souza Costa	
João Gabriel Pagnan Zanette	
Mayara Pereira de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.24519250621	

CAPÍTULO 22	260
ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO: FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA COOPERATIVA MISTA DOS PRODUTORES RURAIS DO PROJETO DE ASSENTAMENTO TARUMÃ MIRIM (MANAUS-AM)	
Michele Lins Aracaty e Silva Epaminondas da Silva Dourado	
DOI 10.22533/at.ed.24519250622	
CAPÍTULO 23	276
FIART: UM ESTUDO DA FEIRA INTERNACIONAL DE ARTESANATO COMO ATRATIVO DE PROMOÇÃO DA CULTURA POTIGUAR	
Fernanda Louise de Brito Gonçalves Layanna Pinheiro da Silva Maria Rafaella Marques de Paiva Patrícia Daliany Araújo do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.24519250623	
CAPÍTULO 24	284
COMO SE PLANIFICAM, TRATAM, ANALISAM E INTERPRETAM NARRATIVAS ? A ABORDAGEM COMPREENSIVA-QUALITATIVA “PROCESSOS DE REQUALIFICAÇÃO SÓCIO-IDENTITÁRIA”	
Maria de Fátima Costa Toscano	
DOI 10.22533/at.ed.24519250624	
CAPÍTULO 25	298
QUALITATIVE EPISTEMOLOGY AND THE STUDY OF SUBJECTIVITY: ALTERNATIVE EPISTEMOLOGICAL PATHS IN QUALITATIVE RESEARCH	
Andressa Martins do Carmo de Oliveira Thamiris Caixeta	
DOI 10.22533/at.ed.24519250625	
CAPÍTULO 26	308
MODERNIDADE BRASILEIRA, DESIGUALDADES E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO	
Rui Maia Diamantino Raimundo Mentor de Melo Fortes Filho	
DOI 10.22533/at.ed.24519250626	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	332

MODERNIDADE BRASILEIRA, DESIGUALDADES E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO

Rui Maia Diamantino

Psicólogo, doutor em Psicologia, docente da Universidade Salvador - UNIFACS, Curso de Psicologia
Salvador – Bahia

Raimundo Mentor de Melo Fortes Filho

Instrumentista (piano), doutor em Performance Musical, docente da Universidade Católica do Salvador, Curso de Educação Musical
Salvador-Bahia

RESUMO: Trata-se aqui de um ensaio baseado em três autores que enfocam aspectos fundamentais da desigualdade social no Brasil: Jessé Souza, com foco na modernidade seletiva brasileira e sua inautenticidade; Baader Sawaia que aborda o sofrimento ético-político da desigualdade social brasileira; e Fernando Braga da Costa que propõe o conceito dos invisíveis sociais para delinear a condição na qual vive a população trabalhadora de baixa renda e aquela que vive em absoluta desvalia socioeconômica e cidadã. A confluência de visões dos três autores sobre o tema da desigualdade social brasileira, possibilita uma articulação sobre as raízes históricas do passado e do presente do Brasil as quais geram uma potente economia e um Estado que nega os processos de equidades. Então, os autores

do ensaio concluem que, muito embora o estado brasileiro tenha adotado um modelo presumido de liberalidade na sua governança, nesta não ocorre a efetiva liberdade de oportunidades para as diversas camadas da população, pelo fato de o Brasil manter-se governado por uma elite que profere uma retórica liberal e democrática, mas, em cujas práticas, inflige diferenças sociais radicais e usufrui de privilégios herdados de uma lógica escravocrata estabelecida desde a fundação do Brasil como colônia e como nação dita “independente”.

PALAVRAS-CHAVE: sofrimento ético-político; desigualdade social; invisibilidade social; modernidade seletiva brasileira.

ABSTRACT: This is an essay based on three authors that focus on fundamental aspects of social inequality in Brazil: Jessé Souza, focusing on Brazilian selective modernity and its inauthenticity; Baader Sawaia that addresses the ethical-political suffering of Brazilian social inequality; and Fernando Braga da Costa who proposes the concept of the social invisibles to delineate the condition in which the working poor population lives and the one that lives in absolute socioeconomic and citizen devaluation. The confluence of views of the three authors on the theme of Brazilian social inequality makes it possible to articulate the historical roots of the past and the present of Brazil, which generate

a powerful economy and a state that denies equitable processes. The authors of the essay concludes that, although the Brazilian state has adopted a presumed model of liberality in its governance, this does not occur the effective freedom of opportunity for the different strata of the population, because Brazil remains governed by an elite that utters liberal and democratic rhetoric, but in whose practices it inflicts radical social differences and enjoys privileges inherited from a slave-like logic established since the founding of Brazil as a colony and as a so-called “independent” nation.

KEYWORDS: ethical-political suffering; social inequality; social invisibility; Brazilian selective modernity.

1 | INTRODUÇÃO

Este texto é uma busca de articulação entre três autores que abordam a questão da desigualdade social no Brasil: Jessé de Souza, Baader Sawaia e Fernando Braga da Costa. A partir das abordagens de cada um desses autores, opera-se a tentativa de entender a invisibilidade social a partir dos pressupostos da humilhação social, do sofrimento ético-político e dos liames sadomasoquistas presentes nas relações de classe no Brasil, principalmente naquelas ligadas ao que se considera o trabalho subalterno.

Efetivamente, a experiência como gari e com garis relatada por Costa (2004) é uma demonstração sobre a função que determinadas formas de trabalho exercem sobre a percepção das pessoas, tanto a que exerce o trabalho como as que estão próximas a ela, escotomizando ou superescopizando o trabalhador. Numa cultura de massas como a da contemporaneidade, há claros gradientes que situam em extremidades os que exercem atividades tidas como prestigiosas e as que estão numa faixa de descrição tal do seu fazer que passam despercebidos no palco social, mesmo que seus corpos estejam ocupando um espaço no território.

Artistas, esportistas, políticos, empresários, ocupam uma posição escópica privilegiada, tornam-se mitos de rápido ou prolongado consumo. Câmeras, noticiários, microfones dão uma supervisibilidade aos que ocupam o lugar desejado de “sucesso”, tal como propalado pela ideologia individualista-capitalística do mundo neo-globalizado (lembrando que há globalização desde os tempos dos antigos impérios como os de Alexandre Magno, os dos céсарes romanos, o otomano, o austro-húngaro e outros, cujas pretensões de fronteiras sem-fim onde “o sol nunca se punha” arregimentava diversidades étnicas e culturais sob uma mesma diretriz política e econômica do país central e dominante através da coerção militarista).

Na outra ponta do gradiente, situam-se os que socialmente estão empobrecidos (ou miserabilizados) e com mobilidade social escassa. Como pessoas não são vistas, salvo quando os focos sociais se ocupam da cena trágica das desigualdades e dão voz ocasional às reivindicações ante tragédias naturais, massacres do aparelho policial ou da contingência violenta em que a pobreza sobrevive. Fora isso, a parte “de baixo”

do gradiente social é subterrânea enquanto individualidades e emergente silenciosa no contraste urbano que se estabelece entre favelas e bairros de classe média e alta.

É importante observar que a escotomização aqui referida se situa numa dialética entre plural e singular, individual e coletivo: se a pessoa que vive e trabalha na faixa da pobreza ocupa um lugar social que a torna invisível, por outra a coletividade de invisíveis é de tal ordem de grandeza no Brasil, que as tensões sociais se manifestam de forma clara ou latente nas relações com o poder de Estado. É impossível deixar de ver os “movimentos dos sem” que atuam em campos e cidades reclamando um ter e um haver que lhes dê a visibilidade cidadã. As grandes cidades brasileiras vivem uma guerrilha urbana que aumenta em proporção, tendo por base um movimento de confronto que advém das favelas, localizada nos integrantes do tráfico que são, por sua vez, arregimentados dentre os moradores das comunidades situadas abaixo da linha da pobreza. A cartografia que delimita a ocupação urbana mostra enclaves de favelados em meio às mansões e condomínios fechados de luxo.

Esse cenário dicotômico integrado à realidade empírica da contemporaneidade brasileira não requer necessariamente uma exegese sociológica ou antropológica para demonstrar a sua densidade: está na epiderme do tecido social e seus efeitos atingem os sentidos de todos e participam das discussões cotidianas das pessoas. A dicotomia da desigualdade salta aos olhos, porém a relação entre desiguais oculta a pessoa do desigual pobre numa formulação subjetiva que tem suas raízes no que Jessé de Souza delineou como a modernidade brasileira específica.

Um outro ponto importante que é necessário ressaltar neste preâmbulo é o fato de que a invisibilidade aqui discutida não derroga o ser ontológico do “invisível”. O fato de ser objeto de um discurso, uma retórica ou uma pesquisa, garante a sua condição de mais um na existência, tornando-se uma categoria empírica em vias de vir a ser uma categoria analítica nas teses sociais. Invisibilidade ganha, então uma conotação de ausência-presença com significações fantasmáticas, ou seja, corpos tornados espectros, tangíveis por um lado, mas inconsistentes à percepção por outra, como vai caracterizar Costa (2004) na descrição dos seus encontros com os outros, quando na “fantasia” de gari.

A análise de Sawaia (2004) sobre a posição do pobre na sociedade brasileira enquanto lugar de sofrimento ético e político, sustenta o teor psicológico, interiorizado e ao mesmo tempo geneticamente exteriorizado que permeiam as interações do espaço público e privado. Invisível é um “lugar” que se ocupa pelo escamoteamento do sujeito psicológico e social, um lugar que neutraliza o corpo do não-visto na relação com o corpo do “enceguecido”, porém, é um lugar que traz conseqüências na interioridade de quem está na invisibilidade.

A invisibilidade aqui aventada é, portanto, de cunho piscossocial, remete aos fantasmas sociais de uma sociedade que “enxerga”, mas não “vê”, os que ocupam categorias subalternas, sejam elas sociais, trabalhistas ou econômicas. Tais fantasmas psicanaliticamente se vinculam aos sintomas da nossa constituição coletiva, seja

enquanto nação seja enquanto povo. Sobre a formação desses sintomas, Jessé Souza oferece uma contribuição importante, desmontando elementos explicativos com sabor ficcional que se instaurou em alguns autores prestigiosos da sociologia brasileira.

2 I DA SOCIOLOGIA DA INAUTENTICIDADE À ESPECIFICIDADE DAS RELAÇÕES DE CLASSE NO BRASIL

Em sua obra “A modernização seletiva”, Jessé Souza (2000) faz uma alentada análise sobre a construção do que podemos conceber como a “brasilidade moderna”. Souza introduz o termo *sociologia da inautenticidade* para delinear uma idéia “[...] de um Brasil modernizado ‘para inglês ver’, uma modernização superficial, epidérmica e ‘de fachada’” (SOUZA, 2000, p. 11). Ainda para esse autor

[...] a sociologia da inautenticidade articula, como seus temas invariantes e centrais, os conceitos subseqüentes de herança ibérica, personalismo e patrimonialismo. Esses conceitos formam um sistema iter-relacionado com poderosíssima influência sobre o nosso pensamento social, vale dizer, sobre nossa reflexão sobre nós mesmos, assim como sobre a nossa vida prática e institucional. (SOUZA, 2000, p. 11)

Para fazer uma crítica ao que considera equívocos da sociologia da inautenticidade, Souza localiza em Sérgio Buarque de Hollanda, Raimundo Faoro e Roberto DaMatta os discursos de uma construção sobre o “jeito de ser brasileiro” que seria baseado numa herança ibérica situada em duas categorias centrais: o personalismo e o patrimonialismo. Ao empreender a sua crítica, na contraposição às construções dos três autores supracitados, ele realiza fundamentações teóricas em Weber, Norbert Elias, Habermas e Charles Taylor, fundamentações que vão esclarecer pressupostos que Souza (2000) considera inadequadamente desenvolvidos pela sociologia da inautenticidade.

2.1 O Protestantismo Ascético em Weber e a Cultura Normativa da Modernidade

Ao abordar Weber, Souza (2000, p. 19) concentra a sua análise em torno da sociologia das religiões apontando “[...] onde Weber localiza a superioridade evolutiva ocidental nos campos moral e cognitivo. Esse ponto vai ser fundamental para que possamos compreender o que constitui a modernidade e onde reside a sua validade universal.” Souza (2000, p. 20) também argumenta que

[...] a racionalidade religiosa já propicia elementos suficientes para a demonstração da especificidade do diagnóstico weberiano no desenvolvimento ocidental. O peso particular da variável religiosa nesse processo [...] deve-se ao fato de nas condições da concepção de mundo tradicional em que a “doação de sentido ao mundo” tem fundamentos fortemente religiosos, uma mudança de consciência ser impensável sem uma contribuição especificamente religiosa para a mesma.

Souza destrincha, através de Weber, as formas de intervenção do *savoir-faire* religioso no modo de organização social de sorte a caracterizar a sua interveniência na

conduta econômica, já que a religiosidade implica numa concepção de mundo. Para Weber, interpretado por Souza (2000), a resolução de uma visão de mundo dualista é uma problemática enfrentada por todas as religiões do mundo, sendo que duas delas encontram soluções extremas: o hinduísmo que adota o ponto de vista imanente e o calvinismo, pautado no transcendentalismo. O primeiro implica uma noção de “estado” do espírito, posição passiva, de receptáculo, portanto, fundamentalmente uma disposição mística que acarreta uma “saída do mundo”, uma renúncia à mundanidade. No calvinismo, há a noção de ação, o fiel está sob o signo da instrumentalidade, implicando num caminho ascético, no qual a espiritualidade se erige na mundanidade.

Partindo da Inglaterra e dos Países Baixos e transportado aos Estados Unidos, o calvinismo vai realizar o que Weber considera a “revolução protestante”, que incorpora três noções bíblicas da interpretação luterana das Escrituras: *trabalho*, *chamado divino* e *vocação*. Em acréscimo, o dogma calvinista da *predestinação*, ou seja, de que apenas alguns são eleitos para a vida eterna, elimina qualquer mediação entre o homem e Deus. Com tais componentes doutrinários o calvinismo propõe uma organização de mundo em que a humildade e obediência aos mandamentos divinos são os garantes da salvação do crente. Como superestrutura conceitual, a realização prática no mundo através do *servir* (correlato ético-espiritual do trabalhar) vem coroar uma operosidade que no ascetismo calvinista tem um sentido sagrado, um meio de aumentar a glória divina na Terra.

Souza (2000, p. 36), partindo do pensamento de Weber, concebe que se dá uma reificação do mundo através da lógica do protestantismo ascético:

A reificação do mundo e a conseqüente atitude instrumental em relação a si e aos outros e à natureza seriam, portanto, resultados do específico caminho de salvação da ética protestante. A concepção de mundo teocêntrica e dualista seria desvalorizada pela absolutização do ponto de partida do racionalismo da dominação do mundo motivado religiosamente, o que expressa o caráter autodestrutivo da ética protestante.

Essa reificação acarreta um desencantamento do mundo implicando em duas atitudes: a busca do sucesso (poder e ou dinheiro) ou o equilíbrio entre o sucesso e as convicções éticas que “[...] só é possível para as existências que buscam definir-se na tensão entre o se e o dever ser e entre a rejeição do mundo e o reconhecimento da legalidade própria do mundo desencantado” (Souza, 2000, pp. 36-37).

Um outro pressuposto teórico que se ajusta ao processo secularizador do protestantismo ascético é a proposição de Münch (SOUZA, 2000) na qual a cidade medieval já continha precondições para a interpenetração entre ética e mundo. Nela surgiu o *Homo Oeconomicus*, o direito racional direcionando a vida econômica, autonomia política e revitalização da vida cultural. É a partir da cidade medieval que se torna possível a “[...] construção de uma *cultura normativa* com as características de ativismo, universalismo, racionalismo e individualismo” (SOUZA, 2000, pp. 40-41). Assim sendo, “[...] a doutrina religiosa protestante ascética partiria do dado da existência de uma civilização comercial burguesa direcionando sua doutrina a esse

tipo de vida econômica. [...]” (SOUZA, 2000, p. 41)

Souza considera que os pressupostos de Weber em torno do ativismo ascético do protestantismo e da cultura normativa, proposta por Münch, servem para comparar as experiências históricas nas quais a cultura normativa da modernidade se institucionalizou, apropriando-os ao caso brasileiro que é considerado como peculiar a essa lógica de desenvolvimento.

2.2 Norbert Elias, Modernização Seletiva e “Caráter Nacional”

Souza (2000) propõe que Norbert Elias busca explicar a civilização ocidental a partir da relação entre comportamento individual e estrutura macrossocial. Mais precisamente, na passagem da sociedade feudal guerreira pautada na violência para uma sociedade pacificada, ou seja, da sociedade das cavalarias para a sociedade cavaleiresca, é que reside a pedra de toque da superioridade da cultura ocidental em relação às demais:

[...] O interesse sociológico e político da investigação do autor está todo dirigido ao esclarecimento dessa questão fundamental: Qual é o impacto da pacificação da vida social sobre “psique” individual e portanto sobre a relação dos homens entre si? Perceber a mudança existencial e política que as novas condições implicam é o fio condutor da curiosidade do autor. (SOUZA, 2000, p. 46)

Predominando a lei da espada, a imediaticidade das emoções e da agressividade vai prevalecer nas relações entre poderosos e oprimidos. Com o controle do comportamento será possível alcançar a fase de *civilização*, processo de sociabilização que assumirá “[...] um modo cortesão aristocrático e uma posterior reinterpretação burguesa e democrática.” [SOUZA, 2000, p. 47)

Um aspecto lógico fundamental no refinamento do comportamento ocidental apontado por Elias é de que “[...] *Não existe sujeito no processo civilizatório.*” (SOUZA, 2000, p. 49) Há apenas o que é aceito pela elite social, o que por sua vez é mera racionalização no processo de desenvolvimento das relações sociais:

Dado o constrangimento social de produzir distinções num contexto de maior proximidade dos homens entre si e dada a crescente proibição da violência como meio legítimo de perpetuação das diferenças sociais, reagem as elites estigmatizando comportamentos e criando tipos de condução de vida acessíveis somente a iniciados, agindo como forma de reconhecimento entre os pares e como mecanismo distintivo e legitimador em relação aos subordinados. (SOUZA, 2000, p. 49)

Se inicialmente as relações civilizadas se dá entre os pares das elites, a partir da divisão social do trabalho e da dependência dos estratos superiores na relação com os inferiores haverá uma disseminação da continência nas normas sociais, gerando uma internalização da repressão, ou seja,

[...] *transformação da repressão externa em repressão interna.* A nova topografia da consciência reflete essa transformação fundamental. Em vez de temer a espada do inimigo, o homem moderno teme perder seu autocontrole. A repressão interna é responsável por uma “razão”, a partir da diferenciação de um superego na própria psique individual regulando a vida impulsiva e o comportamento em todas as suas

manifestações. É, antes de tudo, a necessidade de uma “reflexão prospectiva” o que determina a reorganização da economia afetiva e a renúncia ao prazer imediato. (SOUZA, 2000, p. 51)

Souza (2000) segue o pensamento de Elias para deslizar sobre os sentidos do comportamento reprimido: a discussão entre cultura e civilização – *kultur* (cultura) como vocábulo alemão e *civilization* (civilização) como termo francês - para distinguir a semântica aplicada à emergência social da “pacificação”, ou seja, a significação da passagem da repressão externa em repressão interna, vai demonstrar o que Souza considera a seletividade da modernização articulado a um “caráter nacional” como definido por Elias:

Para Elias, portanto, o “caráter nacional” não é nenhuma entelêquia, um conjunto de impressões subjetivas metafísicas. Ao contrário, caráter nacional ganha o sentido preciso de um esquema de vida afetiva e espiritual de indivíduos que são socializados sob a pressão de uma tradição internalizada e institucionalizada de modo particular. [...] (SOUZA, 2000, p. 55)

Souza faz uma comparação entre as sociedades européias modernas que não foram geradas com componentes escravocratas, onde o processo de equalização das classes sociais se efetivou dentro de cada nação, e o caso brasileiro. Com isso:

[...] O reconhecimento da interdependência entre as diversas classes que *trabalham*, acordo só possível quando *a primeira classe dirigente da história que trabalha*, a burguesia, assume o poder, propiciou uma equalização efetiva internamente a cada espaço nacional. Foi criado um tipo humano uniforme, seja na sua organização afetiva, seja na sua organização racional e valorativa, uniformidade esta percebida por Elias como o pressuposto estrutural do cidadão moderno. [...] (SOUZA, 2000, p. 56)

Quanto ao Brasil, Souza (2000) considera que a saída da lógica escravocrata ao final do século XIX funda outra lógica de desabono aos negros libertos, desde que não oportuniza a sua entrada nas novas formas de produção. Resultado de abandono e desvalia social, os negros libertos vêm a formar uma espécie de lupmen urbano e rural para o qual a cidadania nem mesmo utópica será. Com isso, a seletividade da modernidade brasileira torna permanente a desigualdade.

2.3 Habermas e a Esfera Pública

Souza aborda o conceito de esfera pública de Habermas para ampliar a discussão sobre o processo da modernização no Brasil

[...] de modo a superar o aspecto meramente técnico, instrumental, envolvido no tema da modernização de Estado e mercado capitalistas. O tema da esfera pública possibilita a discussão da questão do aprendizado coletivo no sentido também prático-moral como elemento principal do processo pedagógico pressuposto na democracia. (SOUZA, 2000, pp. 92-93)

Assim, a dialética público-privado é discutida a partir de uma localização entre esses dois “estados” sem que se confunda com noções políticas e econômicas de Estado e mercado. Para Habermas, segundo Souza, a possibilidade de formar opinião pública crítica sobre a legitimidade discursiva do Estado pela atuação da imprensa

como agente que dá voz aos atores sociais na sua relação com o Estado marca o nascimento de uma esfera pública não estatal. Dentro do escopo de constituição da esfera pública ocorre a discussão dos interesses gerais e o proletariado com suas reivindicações irrompem a unidade da esfera pública burguesa. Souza (2000) considera que a esfera pública passa a ser um espaço de pressão e não apenas um espaço de convencimento retórico.

A *teoria da ação comunicativa e a pragmática universal* (estudo dos pressupostos nas situações de fala ou diálogo) são aportes habermasianos considerados por Souza, já que “A tese da existência de uma racionalidade comunicativa é a base do projeto habermasiano e aponta para uma competência potencial passível de tornar-se efetiva nas sociedades modernas.” (SOUZA, 2000, p. 71). A importância desse aporte é o entendimento do jogo das forças políticas e a análise das reivindicações valorativas.

A *teoria da ação comunicativa* é o atalho para que Souza aborde o conceito de sociedade dual de Habermas, que distingue o *mundo da vida* e o *sistema*. Segundo a visão sistêmica “[...] a interação entre os atores sociais passa a ser vista, preferencialmente, não mais como uma relação intencional dos atores, mas sim como uma rede de mecanismo funcionais que regulam as conseqüências inintencionais desses atores” (SOUZA, 2000, p. 72) Para Habermas essa regulação substitui com vantagem a comunicação lingüística na interação entre os atores sociais já que

[...] diminuem tanto o dispêndio que o processo de entendimento sempre acarreta como também o risco do fracasso na busca desse entendimento. A sempre presente possibilidade do dissenso na interação comunicativa é eliminada pelos meios reguladores na media em que um valor genérico embutido no subsistema, do qual o meio regulativo é uma espécie de “representante”, predetermina a orientação dos atores envolvidos. [...] (SOUZA, 2000, p. 73)

Quanto ao “mundo da vida”, este é concebido como o pano de fundo formado pela cultura e pela língua onde os atores formam um entendimento sobre três mundos formais: o objetivo ou da natureza exterior; o social e o subjetivo ou da natureza interior. Esses três mundos formam o sistema de referência aonde vai se produzir o entendimento. O entendimento se processa dentro de uma *situação* (parte do mundo da vida) proposta pela abordagem de um *tema*, ou seja, a esfera do mundo da vida que será discutido pelos atores da situação. Resumindo:

O conceito de mundo da vida significa para Habermas o “lugar transcendental” do indivíduo, no qual ele está desde sempre inserto e em relação ao qual é impossível uma atitude de distância. Ele é o lugar que permite as condições de possibilidade do entendimento e da crítica. (SOUZA, 2000, p. 78)

A *teoria da ação comunicativa* é seminal na obra habermasiana e é apropriada por Souza por elaborar três conceitos que no desenvolvimento da sua crítica à sociologia da inautenticidade vai clarear a especificidade da formação das relações de classe na modernidade brasileira: *cultura* – concebida como “[...] reserva de conhecimentos alimentada pelas ‘interpretações’ dos participantes dos processos comunicativos. [...]” (SOUZA, 2000, p. 81); *sociedade* – composta por “ordens legítimas nas quais

os participantes dos processos comunicativos regulam seu pertencimento a grupos sociais e asseguram ‘solidariedade’. [...]” (*ibidem*) - e, finalmente, *personalidade* – “[...] conjunto de motivações que inspira o sujeito à ação e produz ‘identidade’. [...]” (*ibidem*).

O conceito de sociedade como uma dualidade “sistema - mundo da vida” resulta da racionalidade que marcou a passagem das sociedades tradicionais para a modernidade no mundo ocidental, permitindo uma análise das patologias do mundo moderno, quais sejam: a colonização e a fragmentação do mundo da vida:

[...] Enquanto a tese da colonização do mundo da vida se refere à instrumentalização dos recursos comunicativos pelos imperativos sistêmicos do dinheiro e do poder administrativo, a tese da fragmentação do mundo da vida aponta para o abismo entre a cultura dos especialistas e a da massa, acarretando a desintegração do elo orgânico entre a apropriação e a crítica da tradição herdada no contexto da prática cotidiana. (SOUZA, 2000, pp. 82-83)

Mais uma proposição de Habermas que é trabalhada como fundamento da análise da formação da modernidade brasileira por Souza é o conceito do direito como mediador das esferas do mundo da vida. O direito no mundo moderno possibilita a substituição do sujeito individualizado pelas formações coletivas de discussões e pleitos nos quais as relações com o poder político geram entendimentos, acordos, negociações, consensos e pactos. Souza considera que

O direito é o *transformador* da linguagem coloquial do mundo da vida racionalizado na linguagem mediática dos sistemas auto-regulados da economia e da política administrativa, permanecendo esses sistemas, desse modo ancorados no mundo da vida. De certo modo, o meio jurídico reveste e transforma as comunicações do mundo da vida de tal modo que estas possam ser “compreendidas” e assimiladas pelos códigos especializados dos sistemas auto-regulados. Sem esse “transformador” não seria possível à linguagem comum circular por toda a sociedade. [...] (SOUZA, 2000, p. 89)

A articulação entre os elementos aqui citados do pensamento de Habermas é manejada por Souza no sentido de delinear o que seja a esfera pública ou sociedade civil, apresentando os elementos de uma organicidade positiva da mesma: liberdades públicas, individuais, opinativas, pluralismos, privacidade protegida e cidadania autônoma. O contraste entre a visão habermasiana da constituição da sociedade civil e os abismos de classes oriundos da modernização tardia no Brasil, tendo por pano de fundo as (in) conseqüências sociais da abolição da escravatura, ressoam fortemente nas paredes de uma construção de brasilidade pautada numa pseudo “integratividade harmonizada” entre raças, que ressuma das concepções do personalismo e patrimonialismo da sociologia da inautenticidade.

2.4 A Teoria do Reconhecimento de Taylor

Tomando por base as obras de Charles Taylor e Axel Honneth, Souza (2000) considera que o reconhecimento social é uma categoria que ajuda na compreensão das contradições da modernidade, mormente na contemporaneidade.

O reconhecimento mútuo entre os atores permeia as relações sociais e integra a formação ética, fazendo parte da vida intersubjetiva. A noção de pertença e de comunhão entre sujeitos possibilita que entre eles haja o reconhecimento do outro na sua singularidade.

Souza aborda também os *desejos de primeira ordem e de segunda ordem* como categorias propostas por Taylor e Harry Frankfurt, para analisar a estrutura interna dos desejos, categorias que vão lançar uma compreensão sobre os *processos de valoração*. Os de primeira ordem fazem parte da condição animal, inclusive a humana. Os desejos de segunda ordem, especificamente humanos, estão subordinados a uma *avaliação reflexiva* dos desejos de primeira ordem, vinculando-os a valores, hierarquizando-os segundo critérios éticos e morais. Em desenvolvimentos posteriores de sua obra Taylor renomeia os desejos de primeira e segunda ordem com a expressão *avaliação fraca e avaliação forte*, correspondentemente.

Para Taylor, seguindo a interpretação de Souza (2000), as avaliações fortes estão relacionadas aos sentimentos morais que, através da hierarquia dos valores origina sentimentos de vergonha, admiração, culpa, respeito. Estando presentes na língua, nas práticas sociais e instituições, a forma como o sujeito se relaciona com os valores objetivados vem a constituir sua identidade singular. Importante também ressaltar que, para Taylor, conforme Souza (2000), a língua se constitui no fundamento do sujeito, desde que,

[...] O sujeito só consegue articular seus sentimentos e idéias na e pela língua, ao fazer o uso das ilimitadas possibilidades de (novos) sentidos inerentes ao meio lingüístico. A língua “expressa”, no sentido forte do termo, tanto a vida interna psíquica do sujeito como suas possibilidades de relações intersubjetivas, permitindo a constituição de parâmetros valorativos capazes de guiar a sua vida pública e privada. Pessoas só existem em “redes de interlocução” (webs of interlocution). (SOUZA, 2000, p. 102)

Souza ainda retira da obra tayloriana os conceitos de ideal da autonomia calculadora e o ideal da expressividade individual para estabelecer o mapa valorativo no qual as pessoas se relacionam no cotidiano. Ainda na instância dessa topografia valorativa, Taylor propõe que haja no Ocidente dois princípios que a fundam: o princípio da interioridade e o da afirmação da vida cotidiana.

A interioridade seria uma herança agostiniana que implica numa postura reflexiva e numa categorização dupla: há seres inertes e viventes; entre viventes há os que raciocinam e os que não têm tal capacidade. Segundo Souza (2000), isso implica numa nova concepção de virtude (*viris* = força), na qual a auto-estima não se dará pelas conquistas nos e dos espaços públicos como fomentada na antiguidade, mas, sim, por uma modalidade subjetivada, interiorizada, sem apelo aos outros para que se estabeleça. Junto à interioridade agostiniana junta-se a vontade individual, herança estoica do cristianismo, que vem a ocasionar formas racionalizadas de controle, seguindo regras estritas. Racional passa a ser sinônimo de pensamento em acordo a certos cânones, submissão a métodos e disciplinas. A esse sujeito Taylor designa

de *self pontual*. O *self pontual* e a vida cotidiana são, para Taylor, a base para a compreensão da configuração moral moderna.

Souza demonstra que a vida cotidiana retira o poder potencial das hierarquias que se organizam em torno do sagrado das vidas “fora do mundo”. As reclusões monásticas implicavam sempre numa mediação com o divino que não se opera na vida comum diária. Esse aspecto é ventral na chamada revolução protestante que enfatiza a relação não mediada com o sagrado e a realização espiritual através da atividade laborista, tal como proposta pelo calvinismo. Souza (2000) também propõe que

O princípio da vida cotidiana tem a ver com o potencial democrático da revolução ocidental, posto que implica os ideais da igualdade e da benevolência em relação aos outros homens. Essas são conquistas irrenunciáveis para os indivíduos modernos. Em seus textos mais recentes, Taylor vai chamar o conjunto de ideais que se articulam nesse contexto de princípio de “dignidade”. [...] (SOUZA, 2000, p. 109)

Taylor acrescenta um outro princípio, o do expressivismo, que junto ao de dignidade, forma uma possibilidade que advém do princípio de interioridade. O expressivismo implica na exatidão dos sentimentos, numa atitude de autenticidade. Implica, também, na idéia de unicidade do indivíduo e na possibilidade de se viver com essa originalidade. Souza (2000) considera que as lutas das minorias de todo jaez, as lutas pela aceitação das diferenças, “[...] luta pelo respeito a uma especificidade fundamentalmente não-generalizável.” (SOUZA, 2000, p. 113) são atribuíveis à eficácia social da autenticidade na modernidade tardia.

2.5 Onde A Sociologia Da Inautenticidade Falha Na Análise Da Modernização Brasileira

Ao apresentar os fundamentos teóricos apropriados por Souza (2000), que acima foram sintetizados ao máximo para atender às finalidades deste texto, qual seja, a de analisar o sofrimento ético-político das classes pauperizadas do Brasil que vivem na invisibilidade social, a intenção foi a de mostrar que a sua crítica à sociologia da inautenticidade representada por Sérgio Buarque de Holanda, Raimundo Faoro e Roberto DaMatta, numa linha de continuidade que reúne a herança ibérica, o personalismo e o patrimonialismo, essa crítica aponta profundas inconsistências analíticas nas formulações dos intelectuais supracitados. A necessidade dessa crítica advém de razões como a que seguem:

Importante aqui é ressaltar que a sociologia da inautenticidade do processo de modernização brasileiro articula soluções e problemas que formam um sistema. Iberismo, personalismo, patrimonialismo são termos intimamente interligados como uma explicação tanto para nosso atraso social como para nosso (sub) desenvolvimento. A influência dessas idéias sobre a vida cotidiana de cada brasileiro é gigantesca. Ela constitui a nossa auto-imagem dominante, seja na dimensão das idéias, seja na dimensão prática social e política. (SOUZA, 2000, p. 207)

Na crítica dirigida ao pensamento sobre a herança ibérica e o personalismo, Souza (2000) esclarece dentro outros pontos, que a formulação de Buarque de Hollanda parte de dois pressupostos: a pouca “europeização” de Portugal, país da península ibérica, que não vive as questões sociais igualitárias de países mais centrais do velho continente e o *culto à personalidade* ou *personalismo* – “[...] uma constelação de interesses e valores que encontram no próprio indivíduo sua razão de ser e seu norte.” (SOUZA, 2000, p. 163). Tais pressupostos explicariam a distância de experiências de organização social mais horizontalizada no processo de colonização do Brasil.

Como subsistema do *personalismo*, o *patriarcalismo*, que tem por base o engenho, vem a esparzir um modo de conduta que vai sair das zonas rurais para a vida urbana. O engenho é emblemático para entendermos a forma escravista e hierarquizada com que se estabelecem relações de exploração do trabalho e da intersubjetividade. Essa forma vai se deslocar da configuração típica do senhor e do escravo e vai se inscrever na modernidade brasileira travestida por outras modalidades de relações que não escondem, entretanto, suas raízes.

Para Buarque de Hollanda, segundo a visão de Souza, o personalismo vai impedir a construção de um estado democrático racional, desde que “[...] o Estado permanece como uma mera generalização do princípio de sociabilidade familiar baseada na preferência particularista dos afetos, alfa e ômega do personalismo enquanto visão de mundo.” (SOUZA, 2000, p. 166)

Souza coloca em dúvida a visão simplificadora proposta por Buarque de Hollanda. A explicação dos problemas presentes na modernidade brasileira não pode ser adstrita a uma herança portuguesa, ao mero transplante de uma visão de vida da Europa para a América. As resultantes do personalismo não explicariam satisfatoriamente a existência das desigualdades, desde que, a interveniência de fatores econômicos na colônia com a chegada da família real em 1808, introduz, segundo Souza (2000), novas variáveis na equação da formação da modernidade brasileira, em plena vigência, portanto, do patriarcalismo rural. Esse evento vai paulatinamente abalar as estruturas produtivas pautadas no engenho, até implantar as sementes da produção industrial no país.

Seguindo a linha de críticas à sociologia da inautenticidade, Souza aborda a tese do *patrimonialismo* de Raimundo Faoro. Faoro propõe que Portugal utiliza o direito romano “[...] como modelo de pensamento, ideal de justiça e instrumento de organização administrativa e jurídica do domínio do príncipe. [...]” (SOUZA, 2000, p. 169) Essas seriam as bases para a formulação do Estado patrimonial.

O Estado patrimonialista é guiado pelo prestígio diferencial e pela desigualdade, o que estabelece a estrutura dos estamentos. O aparelho estatal é apropriado pelos estamentos e buscar assegurar o usufruto de privilégios. Para Faoro, será a permanência da concepção dos estamentos que perdurará na modernidade brasileira e fragilizará a atividade do mercado. Souza (2000) considera que a lógica de Faoro implica na existência de uma intencionalidade da “elite má” que é culpada pelo atraso brasileiro.

Dentre outras críticas dirigidas à construção de Faoro, Souza (2000) mostra que Elias e Weber abordam a noção de estamento e patrimonialismo enquanto condições transitórias ao passo que Faoro enfatiza a permanência dos mesmos. Outro ponto importante mostrado por Souza, é o de que Faoro não discute as relações entre o potentado (líder ou rei) e o seu quadro administrativo, o que é de suma importância para se analisar as relações entre estamento e a apropriação do aparelho de Estado. Souza também mostra que a transposição do conceito de estamento para o Brasil dos séculos XVI e XVII é problemática na medida em que, nesse período, o Brasil viveu uma descentralização administrativa através das capitanias hereditárias e das autarquias latifundiárias. Souza critica a resposta de Faoro a esse aspecto que se dá pela ênfase ao “controle de longe”.

De forma aguda, Souza (2000) aponta que há um argumento de fundo que representa uma posição pessoal de Faoro na sua crítica ao papel do Estado como condutor e organizador das forças sociais, por defender formas autônomas de organização social, pautadas no modelo liberal norte-americano.

Um outro representante da sociologia da inautenticidade, Roberto Da Matta é visto por Souza como caudatário dos pensamentos de Buarque de Hollanda e Faoro. Tomando por base a modernidade norte-americana, DaMatta trabalha a tese do “diferentes, mas juntos” para explicar as práticas sociais brasileiras. Nessa tese, haveria duas categorias que formariam um sistema dual de explicações, uma genuína gramática social brasileira: o indivíduo – ao qual se aplicam leis impessoais – e a pessoa – relacionada ao sistema de favores, de amizade, de trocas de interesses, ou seja, um conceito nitidamente personalista. Souza (2000, pp. 184-185) afirma a partir desse sistema dual que “Um olhar atento descobre que a cada uma dessas perspectivas correspondem, respectivamente, uma ‘sociologia do indivíduo’, a vertente institucionalista, e uma ‘sociologia da pessoa’, a vertente culturalista. [...]”

Na gramática social brasileira de Da Matta inclui-se a expressão “você sabe...” que, para Souza

[...] envolve sempre uma oposição precisamente entre um dado ao mesmo tempo mais visível e mais superficial, posto que o elemento universalizante e igualitário seria o único discurso oficial e legítimo, e outro mais profundo e menos visível (posto que não precisaria ser falado), mas que é o componente mais decisivo e eficaz do drama social em questão, na medida em que resolve o conflito e restaura a paz hierárquica ameaçada.” (SOUZA, 2000, 187)

Se, conforme a elaboração damattiana, as relações sociais se estabelecem a partir de uma balança de forças que pende entre o impessoal das leis e regulamentações que são atinentes ao indivíduo e o favorecimento e “jeitinho brasileiro” que distinguem pessoas, através do “você sabe...”, Souza vê nessa formulação uma solução problemática porque

[...] levada às últimas conseqüências, essa solução implica afirmar que os brasileiros se comportam de modo inverso aos estímulos das instituições fundamentais como Estado e mercado. Esse nó conceitual não é de fácil solução, já que DaMatta

vincula habilmente a imagem folclórica do brasileiro sobre si mesmo com análises concretas de rituais facilmente observáveis na realidade cotidiana. A evidência e eficácia desse tipo de discurso são enormes.

Para Souza falta à gramática social brasileira ou dualismo damattiano, uma explicação sobre o que regula a articulação entre os pólos da dualidade:

[...] a dualidade enquanto tal é uma simples aporia. Sem estar determinadas nas suas regras, ela pode ser usada, “ad hoc”, para o esclarecimento de um sem-número de questões nas quais as vezes um princípio é mais importante, outras vezes o outro assume a primazia. Mas, nesses casos, há de se perguntar: o que faz com que precisamente nessa situação um ou outro horizonte seja mais ou menos eficiente? Essa questão nunca é respondida por DaMatta. [...] (SOUZA, 2000, p. 191)

2.6 A Modernização Brasileira e a Desqualificação Humana dos Pobres

É no texto “Uma interpretação alternativa do dilema brasileiro” que Souza (2000) vai explanar a sua tese sobre as questões que envolvem a desigualdade na específica modernidade brasileira. Souza se inclina a admitir alguns pressupostos de Gilberto Freyre, constantes nas obras “Casa grande e senzala” e “Sobrados e mocambos” para delinear o seu pensamento: “[...] irão interessar-me os aspectos macrossociológicos da obra de Freyre, precisamente aqueles aspectos estruturais da vida institucional e da estratificação social peculiar que se constituem, entre nós, e que são descurados nas análises da nossa sociologia da inautenticidade.” (SOUZA, 2000, p. 209)

A tese freyreana tem por lastro uma formação patriarcalista fundada nas relações senhor/escravo, relações que é a um só tempo despótica e íntima. Essa modalidade que é um misto de servidão e familiaridade tem suas bases no regime escravocata árabe que teria influenciado, assim, as formas de convivência entre o senhor de engenho e seus servos. Essa forma de relação seria a semente da forma social que se estabeleceria no Brasil.

Nas bases escravocatas de inspiração árabe estaria uma característica sado-masoquista que Souza considera a chave para a compreensão da distância e segregação com proximidade e intimidade. O aporte psicanalítico aqui ganha uma dimensão sociológica para dar conta de uma dialética específica do regime escravocata brasileiro:

É precisamente como uma sociedade constitutiva e estruturalmente sado-masquista, no sentido de uma patologia social específica na qual a dor alheia, o não reconhecimento da alteridade e a perversão do prazer transformam-se em objetivo máximo das relações interpessoais, que Gilberto Freyre interpreta a semente essencial da formação brasileira. (SOUZA, 2000, p. 228)

Essa marca de dominação e abuso aparece nas considerações de Souza como um remanescente dos tempos da violência não recalcada, a época pré-cavaleiresca, tal como retratada por Norbert Elias. O comando da espada e da força, das milícias e dos senhores tirânicos que não obedeciam a um poder central foi a marca dominante de quase três séculos da vida brasileira, mormente nos períodos iniciais da colonização.

A descentralidade administrativa e um *savoir-faire* próprio aos chefes das capitanias e, em fases posteriores, aos patriarcas latifundiários, propiciou, na formação constitutiva brasileira, uma experiência pré-moderna que remontaria aos primórdios da cultura pré-burguesa dos países centrais da Europa.

O senhor de terras e escravos era um hiperindivíduo, não o super-homem futurista nietschiano que obedece aos próprios valores que cria, mas o super-homem do passado, o bárbaro sem qualquer noção internalizada de limites em relação aos seus impulsos primários. (SOUZA, 2000, p. 231)

As consequências do sado-masiquismo como base da formação brasileira têm seus desdobramentos na esfera pública com a transformação do sadismo em *mandonismo* estabelecendo uma dialética específica nacional em torno das questões do público e privado:

A consequência política e social dessas tiranias privadas, quando se transmitem da esfera da família e da atividade sexual para a esfera pública das relações políticas e sociais, tornam-se evidente na dialética do mandonismo e autoritarismo por um lado, no lado das elites mais precisamente, e no populismo e messianismo das massas, por outro. Dialética essa que iria, mais tarde, assumir formas múltiplas e mais concretas nas oposições entre doutores e analfabetos, grupos e classes mais europeizados e as massas ameríndias e africanas e assim por diante. (SOUZA, 2000, p. 233)

Souza considera que a queda do patriarcalismo e o correlato mandonismo se dão com a crescente urbanização do país, principalmente com a chegada da família real em 1808. Há também a formação de um incipiente capitalismo industrial com a introdução de máquinas, trazendo mudanças ideológicas e morais sob inspiração do pensamento burguês da Europa: “[...] Com a maior urbanização, a hierarquia social passa a ser marcada pela oposição entre valores europeus burgueses e os valores antieuropeus do interior, marcando uma antinomia valorativa no país com repercussões que nos atingem ainda hoje.” (SOUZA, 2000, p. 235)

De certo ponto em diante da trajetória da formação da nacionalidade, a introjeção da modernidade européia chega ao Brasil como uma vestimenta mal-acomodada ao corpo. Trata-se de uma “maquiagem” que reveste repentinamente uma sociedade “bárbara” com máscaras “civilizadas”. A isso Souza (2000, p. 236) chama de inautenticidade:

[...] Essa leitura do processo de modernização brasileiro como um processo inautêntico, tendo algo de epidêmico e pouco profundo, é precisamente o fundamento do que vimos chamando nesse livro de nossa sociologia da inautenticidade. Inautenticidade precisamente do processo de modernização que não teria logrado institucionalizar os valores individualistas e burgueses da Europa moderna e não-ibérica. [...]

Souza aponta para o fato de que a urbanização brasileira que é concomitante ao processo de estabelecimento do mercado (nos moldes capitalistas) e de um aparelho de estado autônomo como efeito da inspiração burguesa européia, vem a representar uma piora das condições de vida de negros livres e mestiços pobres das cidades. A um só tempo, é a oportunidade do surgimento de uma classe letrada de mulatos e

de alguns negros “favorecidos” por famílias abastadas que virão ocupar postos nos escalões administrativos e técnicos dos escalões estatais. Essa mobilidade social, restrita a poucos casos, torna-se o símbolo da modernização brasileira, sendo que os trabalhos mais executados pelos mestiços seriam aqueles não “dignos” dos brancos, quais sejam, as atividades de funções mecânicas e braçais propiciadas pela introdução das máquinas industriais.

Pode-se concluir que há no início da modernização brasileira uma mudança significativa da configuração valorativa da sociedade. Essa modernização que vem da Europa “de navio” é estranha a todas as classes e vem a representar uma necessidade de reformulação dos conceitos sobre as relações raciais e econômicas, para uma nação que vivia há pouco no absoluto atraso social em relação aos países centrais da Europa:

O esforço de assimilação de valores e da tecnologia ocidental por brasileiros é precisamente o ponto em que diferenças de raça e de classe sempre foram e são até hoje relativizadas. É o aspecto no qual o ideário de ordem e progresso encontra o seu alfa e omega. Quem quer contribua para esse desiderato maior de modernização é premiado pelo sistema. Em nenhum estrato tradicional da sociedade patriarcal brasileira havia relação privilegiada com a modernidade. Eram valores estranhos a todos. Valores estes que foram assimilados ou imitados por um país que mais lembrava um país asiático que americano ocidental. (SOUZA, 2000, p. 247)

Para Souza (2000) a introjeção dos valores europeus individualistas será o fator que determinará os novos modos de dominação social, os privilégios e naturalizar a desigualdade tal como hoje ela se mostra.

Souza, no entanto, pontifica a sua tese, para os fins deste texto, com a proposição de que na raiz das relações sociais no Brasil, permanece, para além dos inúmeros discursos da modernidade com sabor europeu, o substrato escravagista de inspiração sadomasoquista “[...] na medida em que o não reconhecimento da humanidade dos subordinados era (*é, grifo nosso*) uma contrapartida necessária para a própria manutenção da relação de dominação do escravismo.” (SOUZA, 2000, p. 256)

Essa não humanidade dos escravos e assimilados “[...] impede os efeitos sociais da hierarquia valorativa baseada na dignidade [...]”, conforme a proposição tayloriana, a qual serve de fundamento teórico para Souza discutir os aspectos das desigualdades na modernidade seletiva brasileira.

Modernidade seletiva, posto que, ela não tem a horizontalidade social proposta pela revolução protestante calvinista, conforme Weber, cuja ênfase no valor do trabalho e da atividade estabelece a possibilidade dos “iguais, mas separados” como ocorreu com a bem-sucedida modernização norte-americana.

Modernidade seletiva, pelo fato de que, trazendo nas suas raízes constitutivas uma modalidade de relações violentas pré-burguesas, pré-cavaleirescas, de acordo com os pressupostos de Elias, estabelece relações sádicas entre senhor e subalternos, o hiperindivíduo, que rege a vida e a morte nas capitâneas hereditárias e latifúndios

agropecuários do período colonial.

Modernidade seletiva, porque a herança patriarcalista dos fundamentos sociais brasileiros, estabelece o mandonismo, usufruto privilegiado da esfera pública, perversão que anula os limites entre o que é público e o privado, forma peculiar de atuação das elites brasileiras que estabelece uma sociedade civil em que o direito não ordena necessariamente a linguagem na passagem público-privado, como pensado por Habermas, mas que se torna instrumento que afere a impessoalidade aos despossuídos e considerações específicas aos privilegiados.

Modernidade seletiva, finalmente, no sentido de que a escala hierárquica valorativa brasileira, na modernidade, não inclui a dignidade generalizável como elemento regulador das interações humanas, segundo a filosofia do reconhecimento de Taylor. Se ao subalterno é conferido um lugar de não alteridade subjetiva, a dignidade é reservada àqueles que estão em conformidade com valores seletivos que atendem a determinados conceitos remanescentes das relações escravistas.

Sem contar na relação de alteridade, o subalterno torna-se objeto, resto social. Sem lugar na hierarquia valorativa estabelecida pela modernidade burguesa e seletiva instaurada na sociedade brasileira, a pessoa que está situada na posição de subalternidade reproduz o lugar do escravo colonial, no âmbito psicossocial ainda vive na escotomização da senzala simbólica, elide-se, desaparece, mesmo que esteja presente com o seu corpo, mesmo que ocupe um espaço no território comum onde se discursa a democracia social. Lançado à invisibilidade social, o subalterno sofre uma fragmentação subjetiva que lhe causa sofrimento ético-político.

3 | INVISIBILIDADE SOCIAL E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO

Bader Sawaia (2004) no seu texto “O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão” busca delinear, a partir das teses sobre sofrimento e compaixão de Harendt e Weil, dor e vergonha de Heller e as teorias de ligações semânticas do cérebro propostas por Vigotsky, a sua tese do sofrimento ético-político. Diz Sawaia (2004, p. 104):

Em síntese, o sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a violência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ela revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto.

Para Sawaia (2000), o sofrimento ético-político é o fundo de caráter afetivo que se articula com a desigualdade social, injustiça e exploração sob as aparências da

integração social. No seu pensamento se insere a concepção marxista sobre a miséria e servidão como mantenedores do sistema capitalista para dar consistência à dialética inclusão/exclusão. Aqui é importante pontuar que o conceito de *exclusão* assume uma diversidade semântica que abrange inclusive a noção de “desaparecimento no real”, quando Sawaia cita a limpeza étnica do Kosovo. Assim, *exclusão*, no desenvolvimento de Sawaia no texto supracitado, tem uma variabilidade que medeia desde a elisão psico-afetiva do subalternizado social, até a ausência no espaço público, mantendo, obviamente, a conotação de relações de dominação ou de poder entre partes.

A experiência de Sawaia abrange, conforme o seu texto, uma relação direta com o sofrimento ético-político. Suas pesquisas

[...] revelam que o sofrimento gerado pela situação social de ser tratado como inferior, sem valor, apêndice inútil da sociedade e pelo impedimento de desenvolver, mesmo que uma pequena parte, o seu potencial humano [...], é um dos sofrimentos mas verbalizados. [...] na gênese desse sofrimento está a consciência do sentimento de desvalor, da deslegitimidade social e do desejo de “ser gente”, conforme expressão dos próprios entrevistados. (SAWAIA, 2004, p. 109)

Sawaia recorre à Espinosa para elaborar uma proposição sobre a posição do subalternizado na relação com o próprio sofrimento: os conceitos de potência de ação e potência de padecer vêm explicar as possibilidades de permanência ou saída do sofrimento ético-político, já que a potência de ação é “[...] entendido como o direito que cada indivíduo tem de se afirmar e de se expandir [...], cujo desenvolvimento é condição para se atingir a liberdade.[...]” (SAWAIA, 2004, p. 111). Quanto à potência de padecer, este “[...] gera a servidão, situação em que se colocam nas mãos do outro as idéias sobre afecções do próprio corpo. [...]” (ibidem)

A proposição final do texto de Sawaia sai do âmbito analítico para se inserir numa propugnação em torno da Psicologia Social no sentido de que esta se utilize de estratégias no enfrentamento da exclusão “[...] uma de ordem material e jurídica e outra de ordem afetiva e intersubjetiva (compreensão e apreciação do excluído na luta pela cidadania). [...]” (SAWAIA, 2004, p. 115) O substrato filosófico que dá suporte a tal movimento de caráter militante é possibilidade transformadora da potência de ação espinosiana.

Concomitante à construção de Sawaia, é trazido neste ponto do desenvolvimento do texto a experiência de Costa (2004) no seu livro “Homens invisíveis. Relatos de uma humilhação social”. Essa convergência é causal, desde que, tanto Sawaia quanto Costa caminham pelo aspecto afetivo da humilhação do subalterno social, sendo que, em Costa, a ênfase no tema da invisibilidade denota a preocupação do autor em mostrar que relações de dominação se estabelecem entre subalternos, não só entre senhor e subalterno e que, “estar invisível” não significa necessariamente “estar excluído”, já que, o convívio de Costa se dá com trabalhadores de uma universidade que realizam tarefas de limpeza.

Essa variante da obra de Costa não o afasta em absoluto do enfoque de Sawaia,

antes, o reforça, pois, ambos endereçam a questão da humilhação a uma interioridade do ser despossuído e, por isso, desqualificado. Em ambos, a afecção psicológica causada pela desqualificação social, carece, entretanto, de uma análise constitutiva da condição do sofrente ético-político, do invisível social. Em ambos, Sawaia e Costa, a referência a Simone Weil, para fazer o aporte do conceito de sofrimento. Arrematando, pode-se pensar que a experiência de Costa é uma continuidade das pesquisas referidas por Sawaia, posto que, Costa empreende uma etnografia delongada por dez anos na qual realiza uma escuta sobre o cotidiano dos seus pares garis, daí retirando o material para delinear o sofrimento da invisibilidade social.

O relato de Costa demonstra que nas atividades consideradas socialmente subalternas permanece uma pressão de cima para baixo, uma hierarquia que reifica o que está na base:

[...] Na presença do chefe, deve-se trabalhar como máquina, a mente e os sentimentos devem se dobrar. “Não adianta brigar. Não adianta mesmo.” Mostrar que pensa, mostrar que tem sentimentos pode valer uma demissão, pode ameaçar a sobrevivência da família. Trabalha-se para comer. Come-se para trabalhar. No final do mês vem a recompensa; pequena, miúda. Mas vem. É dinheiro pouco, mas fora daí recebe-se menos; então é preciso valorizar o pouco que se recebe. (COSTA, 2004, p. 97)

A hierarquia aqui permanece similar às relações escravagistas: Costa retrata uma camada de “capatazes” que orientam os serviços dos executantes no campus universitário. Orientação dada de forma peremptória, seca, rude, como se desse um açoite no animal de carga para que ele não pare de realizar o seu fazer. A similaridade entre o negro açoitado nos canaviais do Brasil-colônia e o gari invitado a produzir, catando o lixo do espaço público é inevitável:

A força da hierarquia dentro da Prefeitura Universitária se alimenta da necessidade de subsistência de cada trabalhador. Muito do que ali acontece nesses termos – a cabeça baixa, a voz calada, a sujeição - depende inevitavelmente da pressão que é não ter garantias sobre o pão do dia seguinte. (COSTA, 2004, p. 98)

Para Costa (2004) a hierarquia determina uma relação de superioridade-inferioridade entre a base formada pelos garis e os seus chefes de tal monta que eles se tornam invisíveis, enquanto objetos, enquanto resto social. Nesse sentido, há um encontro entre a percepção de Costa e de Souza (2000) quanto aos lugares ocupados pelos escravos e similares, no deslocamento produzido pelo movimento histórico: o escravo não tinha humanidade para o seu senhor, era coisificado; o gari, por se encontrar na escala última da relação entre o poder de mando e a execução do trabalho, também se coisifica, se desumaniza e desaparece pela escotomização produzida na baixa valoração do seu fazer, da sua produção. Quanto a isso afirma Costa (2004, p. 108): “[...] A mesmice dos uniformes encontra eco no discurso, na atitude de cada sujeito, que, na verdade, deixa de sê-lo: veste e interpreta a roupagem burocrática de sua ocupação, precisa tornar-se objeto. Fica, de fato, invisível.”

A angústia, afeto que se vincula à imagem presumível do outro sobre o sujeito,

conforme ensina Jacques Lacan no seu seminário “A angústia”, é reportada por Costa na sua experiência pessoal. Contrastando a sua presença no campus universitário como estudante de Psicologia e como gari, percebe a sua elisão do olhar do outro, o seu desaparecimento da atenção do semelhante como sujeito, como pessoa:

O que brota da percepção de não aparecer para os outros é a sensação de existirmos como coisa, um esvaziamento. Passamos a contar como se fôssemos um item paisagístico. Um poste, uma árvore, uma placa de sinalização de trânsito, um orelhão, uma pessoa em uniforme de gari na atmosfera social: todos parecem valer a mesma *coisa*. (COSTA, 2004, p. 116)

Em verdade, Costa (2004) vai apontar no seu texto que o signo da subalternidade, o uniforme, é o que torna o corpo nele contido como invisível. O envelope, mesmo que em cores berrantes, apaga o seu conteúdo, a pessoa, mais especificamente, o sujeito da relação no espaço público. Importa pensar que a cegueira dos demais circunstantes quanto à presença ignorada se dá por um sintoma social que guarda suas raízes mais profundas na hierarquia de valores ou nos processos de reconhecimento social que perpassam a formação social da modernidade brasileira, conforma apontada por Souza (2000): a seletividade da hierarquia social valoriza o labor “branco”, ou seja, a atividade que está ligada ao fazer valorizado pela leitura singular da apropriação burguesa europeia que foi efetivada pelas elites. “Varrer chão”, trabalhos braçais, atividades consideradas inferiores no anterior da nossa modernidade, ficaram vinculadas simbolicamente ao escravo, ao dominado, ao objeto, ao resto social. Esse é o sintoma que marca as relações sociais na esfera pública brasileira.

Ao ocuparem o mesmo ambiente os despossuídos, os subalternizados e outros que representam os estratos superiores da valoração social, todos trarão signos que distinguirão “quem é quem” na ocupação do espaço público, implicando no que tem aqui sido chamado de escotomização social daqueles primeiros. Não é por acaso que a experiência de Costa se dá num âmbito que é ícone supremo da modernidade: o espaço universitário, *locus* onde se operam as mais radicais propostas de mudanças políticas, econômicas, tecnológicas e sociais. Essa experiência, no entanto, ratifica a distância que há entre a retórica advinda do conhecimento acadêmico sobre o mundo da vida, e o mundo a que esse conhecimento efetivamente se refere e no qual maneja a leitura da realidade, o sistema, retomando aqui a distinção de Habermas sobre os dois mundos onde se processam o entendimento das interações humanas. No campus universitário, a retórica igualitária burguesa não tem eficácia suficiente para manter os garis na visibilidade. A perplexidade angustiosa de Costa (2000, p. 135) em torno da invisibilidade aparece nesse trecho:

Quem são esses “outros” que recusam a visão meramente funcional, quem são esses humanos que suspendem a visão coisificada dos humanos? Enxergam mais? Apenas enxergam realmente? Resistem mais? Estariam eles menos comprometidos com os mecanismos da reificação?

A interrogação de Costa busca um nexos causal para esse sintoma psicossocial que não cessa de se mostrar aos seus sentidos, à sua sensibilidade. Suas questões

são substancialmente uma tentativa de compreender as motivações de cunho afetivo do sofrimento da invisibilidade, conforme Sawaia (2004), um sofrimento ético-político. Abaixo segue uma pontuação de Costa que parece um forte eco da elaboração de Sawaia conforme seu texto supracitado:

O oprimido não se engana em relação à opressão. O homem pobre, exposto continuamente à reificação, posicionado na nervura da opressão social, na condição de quem é atravessado inapelavelmente pelas ondas de vibração mórbida da invisibilidade pública, possui paradoxalmente um sentido aguçado contra esse estado de coisas. (COSTA, 2004, p. 137)

Aqui se tem a ratificação dos termos de Sawaia (2004) sobre o que está implicado no sofrimento ético-moral dos excluídos. O sofrimento ético-moral advém exatamente da percepção desse lugar de “nada”, de “coisa alguma”, que o sofrente vive na pele e no afeto. Costa e Sawaia caminham por um mesmo fio de raciocínio para denunciar a crueza dos processos que marcam a desigualdade.

Como mais um ponto de convergência entre os dois autores acima, há a potência de ação espinosiana aventada por Sawaia (2004) e citado indiretamente por Costa (2004, p. 143): “[...] há um poder que é o poder de todos os humanos e que fica interrompido para o humilhado – o poder de influir sobre outrem, sem esforço, pela simples presença [...]”.

Reforçando a sua dificuldade em estabelecer umnexo causal e uma possibilidade explicativa para o sintoma da invisibilidade social, conforme já dito acima, Costa (2004, p. 145) afirma: “O diagnóstico e o exame da cegueira pública, a interpretação da gênese e do desenvolvimento da doença, nada mais difícil. [...]” A sua tentativa de explicação vai tateando o campo das relações intersubjetivas recheadas de uma proposta de humanismo que não se realiza na sua própria experiência. A possibilidade do “encontro igualitário” como forma de horizontalizar as relações sociais ficam no plano da proposição reformista, similarmente ao que se encontra na parte final do texto de Sawaia (2004) com a potência de ação espinosiana aplicada às mudanças de práticas sociais referentes aos excluídos.

Costa também faz um aporte marxista ao apelar para a *ideologia* como operador teórico-explicativo do *leit motiv* para a manutenção do *status quo* da invisibilidade social. Para Costa (2004, p. 161):

A *ideologia* compõe uma cadeia de pensamentos e justificativas que, em termos sociais, amortece a violência. A *ideologia* amortece o entendimento da experiência de *invisibilidade pública* como de uma experiência tremendamente violenta. “A gente tem que saber qual é o nosso lugar”. “Patrão serve pra mandar mesmo”. “Peão que conversa não quer trabalhá.”

O recurso à ideologia como instrumento amortecedor dos efeitos da exploração e dominação enquanto processos violentos que degradam o trabalhador, surge como uma proposição *ad hoc*, pois, faltam os elementos explicativos que, articulados, possam dar conta de como a ideologia, como produto sócio-histórico, produz os efeitos pensados por Costa na questão da invisibilidade. O autor atina nessa característica

sócio-histórica, porém, não mostra a sua gênese na sociedade brasileira. Como contraponto aos aspectos culturais, ele propõe a racionalização, processo psicológico, para fusiona-la à ideologia propondo uma *racionalização ideológica* como a marca brasileira que atenua, abranda, as tensões dos antagonismos de classe:

A invisibilidade pública é uma construção psíquica e social. Nessas circunstâncias, muita violência e verdade amortecidas contam como ingredientes que impedem a compreensão da *invisibilidade pública* como signo de uma luta social, uma luta de classes. A *invisibilidade pública*, dessa maneira, não aparece como sintoma social, cristalização histórica de um desencontro, mas pode apresentar-se à consciência como fato natural. (COSTA, 2004, p. 162)

Neste ponto uma contraposição pode ser feita à Costa no sentido de propor que o seu próprio trabalho é todo ele sintomático e fala de um sintoma: sua experiência como e com garis retrata um modo de ser das relações de classe no Brasil que tem características típicas de uma constitutividade coletiva calcada na forma peculiar com que a modernização foi introduzida no país, conforme proposto por Souza (2000). O sintoma “fala”, diz a Psicanálise. No caso, “falou” através do relato de Costa e “fala” através dos muitos pleitos de cidadania perpetrados pelas comunidades pobres e suas muitas associações representativas. O sintoma é uma solução de compromisso na presença de um conflito, diz também a Psicanálise. A naturalização da invisibilidade faz parte do sintoma, por ser, uma solução social para encobrir questões valorativas relacionadas aos subalternizados sociais.

Num corte epistêmico mais profundo, Costa poderia atribuir a essa constelação valorativa elementos sociais, intersubjetivos e institucionais o nexos que ele parece buscar na sua experiência de invisibilidade. Esse corte não se apresenta no seu relato. Nesse mesmo campo de considerações, à proposição de Sawaia parece também faltar um desenvolvimento mais contextualizado do que seja o sofrimento ético-político. Seu texto dirige-se a uma condução mais interiorizada da natureza do sofrimento, sendo sintomático que, embora evocando Vigotsky, não tenha desenvolvido uma análise sócio-histórica dessa questão subjetiva que é sofrimento social.

4 | NEXOS EXPLICATIVOS ENTRE OS TEMAS DA MODERNIDADE SELETIVA, INVISIBILIDADE SOCIAL E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO

Os três autores, Souza, Sawaia e Costa abordam o tema da desigualdade, porém, a densidade da reflexão sobre o tema varia contrastantemente entre eles.

Souza desenvolve um texto analítico-propositivo exaustivo nos seus propósitos, muito embora, a temática do sado-masochismo proposta por Freyre, que é seminal para caracterizar as fundações das relações de desigualdades no Brasil, possa sofrer reparos sob a ótica da teoria psicanalítica, já que, o sado-masochismo é uma relação de paridade consentida, caso que não se dava na relação senhor-escravo na época colonial. O que pode ser pensado aí, em termos do aporte psicanalítico, é que ao

escravo estava reservado um lugar da Necessidade, a *ananké* freudiana, necessidade de sobreviver, o que elide o sujeito desejante, já que o desejo, nos termos analíticos, é um plus da necessidade sobre a demanda. A relação sado-masoquista importa, assim, numa relação entre sujeitos desejantes.

Sawaia restringe-se a uma escrita declarativa de intenções mudancistas.

Costa apresenta um relato em que as respostas às indagações advindas da experiência denotam intuições que carecem um desenvolvimento mais preciso.

Quando considerados em conjunto, Souza, Sawaia e Costa podem ser articulados para conceder ao tema da desigualdade um alentado campo de considerações.

A noção de modernidade seletiva (SOUZA, 2000), que parte do aspecto escravista remanescente nas relações de classes no Brasil como uma herança colonial deslocada e travestida pelo aparato burguês europeizante que se impôs sobre o patriarcalismo, com a vinda da família real em 1808, tem um forte poder explicativo da posição do subalterno enquanto objeto, representação do escravo que não portava humanidade no ser. Essa modernização não caminha no sentido das relações de igualdade desde que: a) a constutividade brasileira do poder é pautada na violência do hiperindivíduo configurado no senhor de terras, similar ao dominador do período pré-cavaliheresco europeu; b) há a ausência no Brasil da horizontalidade social proposta pelo calvinismo, que nos Estados Unidos originou um sistema de igualdades sociais na sua modernidade; c) há o uso da esfera pública pelas elites remanescentes do poder patriarcal, onde predominou a preferencialismo e o manejo dos estamentos; d) a hierarquia valorativa na Brasil não logrou o reconhecimento da dignidade entre os desiguais, por permanecer no substrato da subjetividade nacional, funções sociais que formam um gradiente atributivo de superioridade e inferioridade. A junção desses quatro elementos que não prevaleceram na constituição da brasilidade tem um estatuto de sintoma coletivo.

Souza, portanto, com um poder argumentativo e uma grande qualificação na fundamentação teórica para dar conta das dimensões históricas, institucionais e subjetivas, aponta para as raízes, para o nascedouro dos emblemas da desigualdade social no Brasil.

Sawaia (2004) contribui para uma compreensão do problema sob o ponto de vista do sofrimento psíquico, a partir de uma interioridade subjetiva do sofrente, demonstrando que o lugar objetual atribuído pelo outro, não anula a condição de sujeito do excluído. Neste ponto será importante registrar uma observação que Souza, em nota de rodapé faz, problematizando o conceito de *exclusão*:

Evitamos aqui, por ser sociologicamente impreciso, o conceito de “exclusão social”. A exclusão pressupõe não participação na sociedade, quando a relação mais adequada é de subcidadania ou subintegração como prefere Marcelo Neves. O subintegrado participa de relações jurídicas, malgrado o fato de ser sempre, negativamente, como réu, condenado, credor, etc. [...] (SOUZA, 2000, p. 268)

Finalmente, Costa (2004) encarna a experiência da invisibilidade para dar

consistência e atualidade à não-humanização da subalternidade e voz ao sofrimento psicológico e social dos que se situam no piso da pirâmide social, mostrando que há um sintoma social (embora ele afirme que não haja, pela neutralização ideológica promovida pelas classes dominantes).

Os três autores que aqui tiveram as suas contribuições desdobradas em considerações suscintas, as quais não abordaram a extensão complexa de muitos dos temas desenvolvidos, principalmente no caso de Souza, abrem portas para que se possa adentrar no campo das motivações e dos fantasmas que povoam o imaginário brasileiro, imaginário permeado por heranças que, em verdade, continua a refletir o imenso atraso que ainda há em termos de conquistas sociais na oitava economia do mundo.

REFERÊNCIAS

COSTA, F. B. da. **Homens invisíveis**. Relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.

SAWAIA, B. **As artimanhas da exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SOUZA, J. **A modernização seletiva**. Uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SOBRE A ORGANIZADORA

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-424-5



9 788572 474245